

### **11.3.2. Histórico de Formação da Rede Urbana**

A Região do Alto Vale do Ribeira foi uma das primeiras áreas de ocupação da região sudeste do Brasil, em virtude da existência de grande população indígena. No início do século XVI, as bandeiras de aprisionamento indígena (denominados na época de “Carijós do Ribeira”) efetuavam expedições para a região, onde os índios eram aprisionados para comercialização e uso como mão-de-obra escrava.

No século XVII intensificou-se a ocupação em decorrência da descoberta de ouro de aluvião no rio Ribeira de Iguape. Dessa forma, o rio tornou-se o principal eixo de circulação na região, sendo que em suas margens formaram-se aglomerados para dar apoio à mineração, freqüentemente em locais anteriormente ocupados por aldeamentos indígenas. Cidades como Apiaí e Ribeira têm suas origens nessa época.

A região de Apiaí começou a ser povoada em meados do século XVII por garimpeiros à procura de ouro de aluvião, que partiam de Iguape pelo rio Ribeira, até o local denominado Porto de Apiahy, próximo a Itaóca. Nessa época foi instalado um povoado em Vila Velha do Peão, ao norte do Morro do Ouro. Quando o ouro esgotou-se nessa região, os garimpeiros transferiram-se para os ribeirões localizados ao sul do Morro do Ouro, local hoje conhecido como Cordeirópolis, antes Vila Velha. O Morro do Ouro passou a ser vasculhado pelos mineradores por volta do ano de 1770, e o local onde hoje está a cidade, desenvolveu-se a oeste desse Morro, tornando-se Santo Antonio das Minas de Apiahy, elevado à categoria de vila (equivalente hoje a município) no dia 14 de agosto de 1771. A emancipação político-administrativa consolidou-se, entretanto, em 1797, com a construção de um pelourinho à frente da Igreja Matriz e com a demarcação do perímetro urbano do município. Foi elevado a comarca em 1892, e foro de cidade em 1906.

Ribeira teve como um dos seus primeiros povoadores o índio catequizado conhecido por Vitorino, que partiu de Apiaí por volta de 1800 e chegou às terras inexploradas do vale de Cana Verde. As informações que ele deu sobre o local, como existência de jazidas de minérios, mananciais de água e terras para cultivo, atraíram novos moradores que construíram uma capela com o nome de Bom Jesus da Cana Verde, em torno da qual surgiu um povoado. O uso intenso da mão-de-obra escrava na produção de cana-de-açúcar criou possibilidades para que o povoado se expandisse e fosse transformado, em 6 de abril de 1872, em freguesia do município de Apiaí, com o nome de Ribeira. Em 20 de outubro de 1910 foi elevado a município, porém em 21 de maio de 1934, por razões econômicas, foi reconduzido à categoria de distrito e reincorporado a Apiaí. Obteve novamente sua autonomia municipal em 3 de janeiro de 1936, pertencendo à Comarca de Apiaí. Em 1944, através do Decreto Estadual n.º 14.334, o município de Ribeira passou a abranger o novo distrito de Itapirapuã Paulista, criado com partes dos territórios de Ribeira e Apiaí.

A história de Barra do Chapéu está ligada ao fim da época da exploração do ouro na região de Apiaí, quando alguns garimpeiros se fixaram em colônias vivendo da agricultura. Uma dessas terras foi adquirida pelo Senhor Roberto Rufino Duarte que as doou para a construção de uma igreja em homenagem a Nossa Senhora da Guia. Aos poucos o local foi sendo povoado, tornando-se um pequeno arraial, passando à condição de distrito de Apiaí, em 1944. Este distrito foi emancipado em 1992, transformando-se em município.

Tal como Apiaí, Rio Branco do Sul tem sua origem na mineração do ouro, quando se formou um arraial ao longo de uma jazida aurífera, no século XIX, denominado Nossa Senhora do Amparo de Votuverava. A formação do município está ligada à história da Província do Paraná, mais especificamente com a divisão territorial do município de Curitiba. Ao ser instalada em 1853, a Província do Paraná contava com a cidade-sede, com a Vila de São José dos Pinhais, a Freguesia de Campo Largo e as Capelas Curadas de Tindiquera (Araucária) e Votuverava. Durante a década de 1870, houve a primeira modificação na

divisão territorial do município de Curitiba, após a emancipação da província. Assim, nesse mesmo ano, foi desmembrada a Freguesia de Campo Largo e no ano seguinte as de Rio Branco do Sul (Votuverava) e Arraial Queimado. Em 1947, foi criado o município de Rio Branco do Sul, através de lei estadual.

As origens de Cerro Azul também estão relacionadas à agricultura e ao movimento migratório ocorrido no Paraná. A história do município remonta a 1860, quando já viviam alguns habitantes de origem indígena e portuguesa na região. Logo após a emancipação da Província do Paraná, a Princesa Isabel enviou agrônomos à região com a finalidade de avaliar a qualidade do solo, ficando constatada aptidão das terras para o plantio de café, cana-de-açúcar e cítricos. Por decisão imperial foi criada a Colônia Açungui, que ocupava uma área de cerca de 60.000 ha., cujos lotes foram distribuídos a imigrantes ingleses, alemães, suíços, italianos e franceses. Apesar da projeção que a colônia atingiu, no final do século XIX, a região se ressentiu do isolamento, tendo em vista o difícil acesso à capital. O município foi criado através da Lei Estadual nº 259 de 27 de dezembro de 1897, e instalado na mesma data, quando foi desmembrado do território de Rio Branco do Sul.

Adrianópolis, também no Paraná, é mais recente e foi resultante de um projeto governamental de colonização de 1926. Antes de sua elevação à categoria de Município, em 1960, teve as denominações de Eptácio Pessoa e Paranaí.

Assim como Cerro Azul e Barra do Chapéu, as origens de Itapirapuã Paulista remontam a meados de 1889, quando chegaram à região as famílias de Joaquim Cordeiro e de Antonio Novo em busca de solos férteis. Fixaram-se no local que denominaram Fazenda das Laranjeiras, onde desenvolveram a criação de suínos e o plantio de vários gêneros agrícolas. Nessa época os produtos eram comercializados nas cidades de Apiaí, Capão Bonito e Itararé, e o transporte feito por animais de tropas. Como as viagens costumavam ser longas, os comerciantes faziam ao longo do percurso algumas paradas para descanso. Em um desses locais, mais tarde conhecido por Ribeirão das Cordas ou apenas Ribeirãozinho, formou-se o povoado que viria a abrigar a sede do distrito de Itapirapuã. Permaneceu durante longo período como distrito de Ribeira, sendo a produção agrícola sua principal fonte de renda. Foi emancipado político-administrativamente em 1991.

A história de Doutor Ulysses confunde-se com a de Cerro Azul em termos de ocupação territorial, tendo sido desmembrado deste no ano de 1990.

Com a descoberta do ouro em Minas Gerais, no final do século XVII e início do XVIII, a mineração, como era então ensejada na região, entra em decadência. Nesta época no sul do país desenvolve-se a pecuária, ocorrendo uma incorporação mais efetiva desta região à economia brasileira, quando se formam dois pólos: o Rio Grande do Sul desenvolve-se como criador e fornecedor de gado e carne, e Sorocaba torna-se mercado consumidor desta criação, como um entreposto para abastecimento da região das Minas Gerais. No sul do Brasil então, tem início um novo ciclo, o do Tropeirismo, que no Paraná fez surgir cidades como Rio Negro, Campo do Tenente, Lapa, Porto Amazonas, Palmeira, Ponta Grossa, Castro, Tibagi, Piraí do Sul, Jaguariaíva e Sengés. Assim, a região do Ribeira de Iguape fica relegada a segundo plano, tornando-se uma área de passagem das tropas de muar, que vinham do sul em direção a Sorocaba pela Estrada do Viamão.

Os ciclos econômicos no Paraná sucederam-se com o extrativismo da erva-mate, que teve seu apogeu no século XIX. Em 1853 ocorreu a emancipação política do Paraná, até então, quinta Comarca da Província de São Paulo. A atividade ervateira chegou a representar 85% da economia da nova província, quando foi dado novo impulso aos transportes, desenvolvendo-se a navegação fluvial nos rios Iguazu e Paraná, e a construção da ligação entre o Planalto e o Litoral, com a Estrada da Graciosa e a Ferrovia Paranaguá /Curitiba.

A ligação entre o Planalto e o Litoral paranaense incentivou a extração de madeira no planalto, permitindo que a atividade madeireira alcançasse grande representação para a economia estadual. Este ciclo atraiu migrantes originários de vários países (Inglaterra, Suíça, Itália, Alemanha, entre outros), os quais ocuparam as áreas onde as florestas foram derrubadas, desenvolvendo a agricultura. A partir do século XX, desencadeou-se a cultura intensiva e extensiva do café, abrangendo três áreas distintas: o Norte Pioneiro, o Norte Novo e Norte Novíssimo.

Essa situação fez com que a região do Ribeira de Iguape ficasse à margem dos ciclos de desenvolvimento do país, mais especificamente do Estado de São Paulo e do Paraná. O Alto Vale do Ribeira permaneceu à margem dos ciclos do algodão e canavieiro, que movimentaram a economia paulista até meados do século XIX, assim como também esteve excluído da economia cafeeira, mesmo com o avanço ocorrido para o interior do Estado de São Paulo e do Paraná.

Um aspecto importante a ressaltar quanto às causas desse isolamento, é o relevo extremamente acidentado que dificultou o acesso e a locomoção, bem como a falta de terras próprias para cultivo. Ainda neste século, e até mesmo nos dias de hoje esta situação persiste.

A construção da ferrovia Santos – Juquiá, em 1914, contribuiu para a decadência econômica da região, pois ocasionou uma reorientação da ocupação e dos fluxos comerciais.

Ao mesmo tempo, a construção da Estrada que liga São Paulo a Curitiba como prolongamento da Rodovia Raposo Tavares para o Sul, deu certo impulso apenas no desenvolvimento de Apiaí, ao cruzar parte do Vale do Paranapanema rumo ao norte do Paraná. A cidade passa a ter destaque como centro comercial, vindo a ocupar uma posição de pólo regional.

Outro fator preponderante no desenvolvimento da região foi a pavimentação da BR-116. Entre as décadas de 1940 e 1960, a BR-476 interligava o principal trajeto de conexão dos pólos urbanos de São Paulo e Curitiba, sendo conhecida como Estrada da Ribeira. Após a pavimentação da BR-116, esta ligação deixou de ser importante, sendo relegada a um plano secundário, passando a atender o tráfego local de madeira e de produtos de atividades de extração mineral como mármore e calcário, principalmente com destino ao mercado consumidor de Curitiba, diminuindo, portanto o fluxo comercial existente até então. Essa ligação propiciou o incremento da mineração de chumbo, notadamente em Adrianópolis, a partir da década de 1950, perdurando até os anos 90, do século passado.

É importante entender que no processo de desenvolvimento socioeconômico brasileiro, a formação da rede urbana está intimamente relacionada com a evolução do sistema viário, a partir do qual são organizadas as atividades produtivas. A produção do espaço está associada à oferta de uma infra-estrutura de transportes que permite a circulação de pessoas e de mercadorias. Este é um fator preponderante na localização das atividades industriais até os dias de hoje, sem desmerecer os demais fatores, como infra-estrutura, existência de mão-de-obra, incentivos fiscais etc.

### **11.3.3. Organização Territorial**

#### **11.3.3.1. Rede Urbana, Hierarquização e Polarização**

A urbanização e o sistema urbano brasileiro atual resultam de um processo que vem ocorrendo no país, de mudança na organização territorial, no qual a dinâmica e as alternativas de localização das atividades econômicas têm importante papel indutor. A

economia regional produz grande impacto sobre a estruturação da rede urbana, explicitando os desdobramentos espaciais decorrentes, bem como as razões desses desdobramentos, distinguindo áreas dinâmicas, estagnadas e mudanças na base produtiva das regiões.

A cidade compõe um sistema que integra outro sistema ou uma rede de cidades, cujo papel é essencial na estruturação e organização do espaço geográfico de uma região. As aglomerações urbanas mantêm e reforçam laços de interdependência, tanto entre elas, quanto entre elas e as regiões que polarizam dentro de determinado espaço territorial. A expressão “rede urbana” é mais utilizada para denominar os fluxos de toda natureza, existentes entre os pontos desse território (fluxos de bens, de pessoas, de informações). Hoje, o conceito de sistema de cidades é também muito utilizado, por dar um sentido dinâmico às redes urbanas, que se transformam devido às mudanças no sistema produtivo em todas as escalas geográficas. Característica marcante da estrutura do sistema de cidades é a organização hierarquizada dos centros urbanos, que varia, sobretudo, em razão do tamanho, da qualidade funcional e da extensão da zona de influência espacial dessas aglomerações.

Cada centro urbano participa de diferentes processos de articulação ou redes, nacionais ou até mesmo internacionais, segundo os múltiplos papéis que possuem. As cidades sempre exercem influência local/municipal, ao oferecer os serviços e a estrutura necessária para os seus cidadãos. Na determinação da hierarquização da rede urbana e polarização, ou seja, ao se classificar uma cidade, o que se deve mensurar, também, é a extensão da influência que a oferta desses bens e serviços alcança: só abrange o meio rural ou outros municípios? Que tipos de bens são produzidos e comercializados, e como é a circulação desses bens?

A região do Vale do Ribeira abrange municípios paulistas e paranaenses, estendendo-se desde o sul do estado de São Paulo até o nordeste do Paraná. É uma região marcada pela estagnação econômica e pelo baixo desenvolvimento social, apesar de estar localizada entre duas metrópoles importantes para o conjunto da economia brasileira.

Os municípios paranaenses da Área de Influência Indireta pertencem à Região Metropolitana de Curitiba - RMC, cuja superfície total é de 13.040 km<sup>2</sup>, está localizada na mesorregião de mesmo nome e abrange 26 municípios. A região, de características heterogêneas, ocupa posição privilegiada dentro do contexto do MERCOSUL, tendo havido um grande desenvolvimento industrial nos últimos anos. Ao mesmo tempo, apresenta características rurais e grande representatividade na produção primária. A Região Metropolitana de Curitiba foi criada no ano de 1973, através de legislação federal, sendo que o município de Rio Branco do Sul já estava incluído na composição original da região, os demais municípios paranaenses da AII foram incluídos na região nos anos de 1994 e 1995, por legislação estadual, conforme mostra o quadro 11.3.3/01 a seguir:

**QUADRO 11.3.3/01 - REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA E MUNICÍPIOS DA AII**

Municípios	População	Densidade Populacional (hab/km <sup>2</sup> )	Distância da Capital (Km)	Data de Criação	Data de Inclusão
Adrianópolis	7.007	4,92	133	25/07/1960	16/05/1995
Cerro Azul	16.352	13,71	87	27/12/1897	29/12/1994
Doutor Ulisses	6.003	7,71	170	20/11/1990	29/12/1994
Rio Branco do Sul	29.341	35,14	33	10/10/1947	02/01/1974
Curitiba	1.587.315	3.665,85	--	29/03/1693	02/01/1974
<b>RMC</b>	<b>2.768.394</b>	<b>179,17</b>	<b>----</b>	<b>02/01/1974</b>	<b>----</b>

Fonte: Governo do Estado do Paraná, disponível no site [www.pr.gov.br](http://www.pr.gov.br)

A Figura 11.3.3/01 a seguir apresenta a Região Metropolitana de Curitiba e seus municípios.

**FIGURA da Região Metropolitana (Figura 11.3.3 /01)**

Considerando os estudos sobre hierarquia urbana realizados pelo IBGE (2000), na década de 1990, Curitiba é a centralidade de nível máximo no conjunto de cidades do Paraná, exercendo influência sobre todos os municípios do Estado e sobre grande parte dos de Santa Catarina, como o principal pólo de irradiação de uma ampla gama de serviços que atendem a amplo conjunto de municípios. Segundo o estudo “*Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil – 2000*” (IPEA/IBGE/UNICAMP/IPARDES), a rede urbana da RMC caracteriza-se por:

- ✓ Um município-núcleo da aglomeração metropolitana (Curitiba), que ainda passa por forte crescimento populacional e que ainda estende sua centralidade à maior parcela do estado de Santa Catarina;
- ✓ Uma aglomeração metropolitana que, ao mesmo tempo, se densifica e se expande horizontalmente, envolvendo em uma mancha contígua de ocupação vários municípios e em uma continuidade de ocupação, tal como Rio Branco do Sul;
- ✓ Uma ocupação contínua litorânea;
- ✓ Uma ocupação contínua de fronteira, composta de Rio Negro e Mafra (SC);
- ✓ Uma parcela da área rural inserida na aglomeração urbana metropolitana, com forte crescimento e importância econômica conferida pelo mercado metropolitano;
- ✓ Uma parcela da área rural no entorno da aglomeração urbana metropolitana ainda sem sinais de articulação com a sua dinâmica.

Curitiba é considerada pólo de um dos 12 sistemas urbanos brasileiros e é classificada como “metrópole nacional”. Além de polarizar toda a rede urbana paranaense, a abrangência de sua polarização transcende o Paraná, dando cobertura a municípios do Mato Grosso do Sul e de São Paulo, e à quase totalidade da rede de cidades catarinenses, em que pese a importância de Florianópolis.

Neste estudo merece menção o papel da Região Metropolitana de Curitiba, especialmente da Capital, nas relações existentes entre esta e os municípios em análise. Apesar de sua grande área, a Região Metropolitana de Curitiba - RMC apresenta uma aglomeração metropolitana de dimensões menores do que a área institucionalmente delimitada, na qual ocorrem as maiores densidades e fluxos das relações econômicas e sociais. A aglomeração metropolitana é composta pela maioria dos municípios da configuração original da RMC e seus respectivos desmembramentos. Alguns destes municípios, situados com maior distância do pólo metropolitano, e aqueles inseridos na RMC pelas legislações estaduais, conformam um segundo recorte, que se distingue, entre outras, por características essencialmente rurais, caso dos municípios da All. Com exceção de Rio Branco do Sul, o qual está na área de influência direta da cidade pólo, os demais estão excluídos da aglomeração urbana metropolitana, sendo municípios periféricos de fraca vinculação funcional com Curitiba, devido às grandes distâncias que separam suas sedes municipais do pólo e às dificuldades de acesso.

A mancha contínua de ocupação estendeu-se sobre os municípios de Curitiba, São José dos Pinhais, Colombo, Pinhais, Campo Largo, Araucária, Almirante Tamandaré, Campo Magro, Piraquara, Fazenda Rio Grande, Quatro Barras e Campina Grande do Sul, a maioria destes sustentando ritmos expressivos de crescimento populacional desde os anos de 1970. Ainda no mesmo vetor de ocupação, incluem-se os municípios de Mandrituba, Balsa Nova, Contenda, Itaperuçu, Rio Branco do Sul e Bocaiúva do Sul. Curitiba vem se destacando como um pólo em crescimento contínuo, sendo considerado ainda um dos que mais cresce dentre os pólos dessas regiões. No âmbito do Estado, a aglomeração metropolitana vem

ampliando sua participação no total da população paranaense, peculiarizando-se como o espaço mais concentrador e dinâmico, estendendo seus efeitos e intensificando a dinâmica de relações com centros vizinhos, como Ponta Grossa. Em menor escala, ainda, adquirem continuidade interestadual as áreas de ocupação de Adrianópolis-PR e Ribeira-SP, na porção norte/nordeste da mesorregião.

Os municípios paulistas da Área de Influência Indireta fazem parte da mesorregião de Itapetininga e pertencem à Região Administrativa de Sorocaba, caracterizada como sendo a terceira área de concentração da população paulista. O Estado de São Paulo apresenta a mais ampla e complexa rede urbana do país, formando conexões com os estados vizinhos e exercendo influência em todo o território nacional. Estruturada a partir da capital, a constituição da rede urbana paulista remonta ao século passado, quando foi impulsionada pelo ciclo do café e, desde então, o estado de São Paulo vem passando por um processo contínuo e permanente de ocupação. Até meados da década de 1970, houve uma concentração populacional na Região Metropolitana de São Paulo, processo que se reverteu com a industrialização do interior. As maiores cidades do interior estão localizadas em mesorregiões mais industrializadas e de maior desenvolvimento, fato que demonstra a relação entre a dinâmica populacional e o crescimento econômico no Estado.

A principal característica do recente processo de urbanização paulista é a generalização de um padrão que expressa grande heterogeneidade espacial. Trata-se de uma urbanização excludente, em que a localização das atividades e dos indivíduos em dado local do perímetro urbano é determinada pela capacidade financeira, já que o solo urbano foi transformado em mercadoria e a renda fundiária tornou-se um dos mais importantes espaços de valorização do capital. Alguns centros desempenham o papel de pólo e sede das atividades mais dinâmicas articuladas ao grande capital, ao passo que, para alguns municípios periféricos cabe o papel de abrigo da força de trabalho de menores rendimentos (IPEA/IBGE/UNICAMP/IPARDES, 2000). Somente alguns centros de cada região conseguem atrair novos investimentos. Nesse cenário, apresentam maiores possibilidades de inserção os municípios que realizam investimentos em infra-estrutura, principalmente nas áreas de educação e saúde, e também aqueles que procuram formular e implementar políticas de desenvolvimento urbano que contribuam para melhorar a qualidade de vida.

A rede urbana paulista estrutura-se em subsistemas, resultado dos processos econômicos das regiões onde se localizam, cujas características são bastante diversas. Ocorre que o crescimento das cidades tem ampliado a divisão de funções urbanas entre algumas cidades e aumentado a atração que alguns centros exercem sobre o território. Ao se analisar as cidades paulistas verifica-se crescimento de cidades médias no interior, concentrando parcela crescente da população. No Estado, são encontrados os seguintes padrões espaciais de urbanização (IPEA/IBGE/UNICAMP/IPARDES, 2000):

- ✓ Metrópoles de caráter mundial, nacional e regional;
- ✓ Aglomerações urbanas que se desenvolveram a partir de um núcleo;
- ✓ Aglomerações urbanas constituídas de centros urbanos com complementaridade funcional, que dividem as funções polarizadoras e, espacialmente, se articulam com alguma contigüidade, muitas vezes ao longo de eixos viários;
- ✓ Aglomerações urbanas constituídas de centros urbanos que dividem as funções polarizadoras sem possuir contigüidade espacial, formando um conjunto de cidades articuladas;
- ✓ Centros urbanos que polarizam sozinhos os municípios de seu entorno, desempenhando o papel de centro regional.

A Região Administrativa de Sorocaba é composta por 79 municípios, apresenta uma industrialização bastante antiga e, nos últimos anos, um intenso crescimento populacional. Sua sede, o município de Sorocaba, é o pólo da região concentrando 20,2% da população regional. Entre os anos de 1991 e 2000 a taxa de crescimento anual da população foi de 2,3%. Entre 2000 e 2002 a região passou a apresentar uma taxa anual de 2,0% a.a., sendo a maior entre as regiões paulistas. Além disso, a cidade de Sorocaba beneficia-se de posição privilegiada, localizando-se ao lado de importantes eixos viários: é rota de passagem para o oeste paulista e para os estados do Sul e Centro-Oeste do país. Contrariando estes dados, os municípios paulistas pertencentes à AII formam um bolsão à parte, e apresentaram taxas negativas de crescimento, com exceção de Itapirapuã Paulista que apresentou taxa entre 0 e 1%; além disso os municípios estudados apresentam nível de centralidade muito fraco (IBGE, Regic, 1996).

A figura 11.3.3/02 a seguir apresenta os municípios da Região Administrativa de Sorocaba:

ENTRA FIGURA 11.3.3/02 Região Administrativa de Sorocaba

Os municípios paulistas estabelecem articulações com Apiaí e Capão Bonito, principalmente no campo administrativo e institucional, mas também apresentam fortes ligações com a capital paranaense e com o conjunto da Região Metropolitana de Curitiba no que concerne às trocas comerciais e serviços, tendo em vista a proximidade deste centro urbano. Curitiba acentua sua importância relativa, em que pese a precariedade das ligações rodoviárias e a dimensão restrita dos fluxos regionais.

Do ponto de vista da participação na dinâmica regional, observa-se que os municípios que compõem a All do empreendimento apresentam reduzido grau de articulação com o conjunto das economias estaduais, mesmo estando localizados em regiões de alto grau de desenvolvimento, como a Região Metropolitana de Curitiba e a Região Administrativa de Sorocaba. Além de fatores históricos e econômicos, são decisivos para esta situação a precariedade da malha viária e o relevo extremamente acidentado. As estradas não são capazes de atender às necessidades de escoamento da produção, consistindo em um fator negativo para atrair investimentos e, muito menos, capazes de atuar como fator de desenvolvimento regional, explicando em parte, por que a região vem se mantendo à margem da expansão das economias estaduais. O relevo acidentado impede o desenvolvimento da agricultura com métodos modernos, predominando pequenas produções agrícolas e de subsistência. A precariedade das infra-estruturas municipais e a pouca qualificação da mão-de-obra também são fatores decisivos que impedem o crescimento das economias municipais. O predomínio das atividades agropecuárias nas economias locais (e mesmo assim, sem expressão econômica) e o pequeno desenvolvimento dos setores secundário e terciário refletem-se nas reduzidas dimensões dos núcleos urbanos, bem como no “encolhimento” dos municípios.

A falta de oportunidades para os jovens tem acarretado a fuga desta parcela da população para outras regiões mais desenvolvidas. Há uma grande expectativa dos municípios cortados pelo Gasoduto Brasil-Bolívia de que isto possa ainda lhes propiciar competitividade na localização de novos investimentos produtivos, em virtude da oferta de gás natural e de energia termelétrica; entretanto, é provável que as vantagens da passagem do gasoduto localizem-se apenas nos municípios onde há a previsão de *citygates*, que possibilitam a utilização do gás na região onde está localizado, ou então por aqueles que possam servir-se da energia termelétrica gerada a partir do gás natural em usinas a serem instaladas próximas aos *citygates*.

### **11.3.3.2. Infra-Estrutura Regional**

- **Introdução**

Mesmo estando nas duas regiões mais desenvolvidas do país, Sudeste e Sul, a área de estudo é caracterizada, basicamente, pelo baixo desenvolvimento urbano, econômico e social, bem como pelo isolamento em relação a outras regiões mais desenvolvidas. Este isolamento deve-se, principalmente, à precariedade das vias de acesso, marcadas por estradas sem pavimentação e muito sinuosas, devido ao relevo extremamente acidentado.

O Vale do Ribeira, em sua porção paulista, apresenta os mais baixos índices de desenvolvimento do Estado, sua economia baseia-se principalmente na agricultura, na mineração e no extrativismo vegetal. Os indicadores socioeconômicos e demográficos são contrastantes com o restante do Estado de São Paulo e também com a Região Metropolitana de Curitiba. Apresenta baixos índices de urbanização, com grande parcela da população vivendo em áreas rurais e desenvolvendo atividades agrícolas de subsistência e extrativistas.

Os oito municípios da All ocupam uma área de 5.053 km<sup>2</sup> (segundo dados do IBGE), onde moram 97.795 habitantes, de acordo com o Censo 2000. A taxa média de urbanização é de

48%, sendo que apenas os municípios de Rio Branco do Sul e Apiaí apresentam taxas de urbanização acima de 50%. O quadro 11.3.3/02 apresenta as áreas territoriais dos municípios, os dados de população e as taxas de urbanização para os oito municípios da AI, segundo os dados do Censo realizado pelo IBGE em 2000.

**QUADRO 11.3.3/02 - MUNICÍPIOS DA AI: ÁREA, POPULAÇÃO E TAXA DE URBANIZAÇÃO**

Municípios	Área (km2)	População total	Pop. Urbana	Pop. Rural	Taxa de urbanização (%)
Adrianópolis	1.349	7.007	1.613	5.394	23
Apiaí	969	27.162	16.648	10.514	61,3
Barra do Chapéu	407	4.846	1.448	3.398	29,9
Cerro Azul	1.341	16.352	3.916	12.436	23,9
Doutor Ulysses	781	6.003	701	5.302	11,7
Itapirapuã Paulista	406	3.577	1.652	1.925	46,2
Ribeira	335	3.507	1.006	2.501	28,7
Rio Branco do Sul	814	29.341	20.049	9.292	68,3
Total	5.053,00	97.795	47.033	50.762	48,1

Fonte: IBGE, Cidades@ (disponível no site [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br))

Resumidamente, os municípios da Área de Influência Indireta do empreendimento caracterizam-se por serem de pequeno porte e dependentes dos serviços oferecidos pelos municípios vizinhos maiores. Adrianópolis, Barra do Chapéu, Cerro Azul, Doutor Ulysses, Itapirapuã Paulista e Ribeira são municípios que apresentam economia pouco dinâmica, com destaque para algumas atividades econômicas. Caracterizam-se pela presença maior de população rural, baixo crescimento populacional, precariedade dos serviços sociais e nível incipiente de atividade econômica. Rio Branco do Sul tem apresentado maior dinamismo urbano, é o município mais próximo da capital paranaense, estando a 33 km de Curitiba; segundo o Censo de 2000, apresenta uma taxa de crescimento anual da população de 6,01% a.a., superior à dos outros municípios. Apiaí no Estado de São Paulo é um município que apresenta melhor estrutura urbana e maior diversidade nos serviços em relação aos demais municípios da AI; tem apresentado alguns avanços nas dimensões sociais, porém, segundo o Índice Paulista de Responsabilidade Social - IPRS 2002, classifica-se como um município do Grupo 4, de baixo nível de riqueza e nível intermediário de longevidade e/ou escolaridade; de acordo com os indicadores da Fundação SEADE, entre 2000 e 2004 apresentou taxa de crescimento anual da população de 0,73% a.a.

- Saneamento

Entre os indicadores utilizados para avaliar a situação dos municípios, destaca-se a oferta de serviços de saneamento, englobando o abastecimento de água, esgotamento sanitário e coleta de lixo. Apresenta-se como um dos indicadores das desigualdades sociais pela sua importância em dimensionar o grau de acesso da população a esses serviços, os quais têm efeitos diretos na qualidade de vida dos cidadãos. As condições de moradia da população são precárias, percebidas principalmente, quando se observam os índices de domicílios sem canalização interna e sem sanitários, fato que ocorre predominantemente na área rural.

Em geral, a cobertura no abastecimento de água nas áreas urbanas alcança índices muito bons, mas o mesmo não ocorre na área rural cuja população é abastecida por poços particulares ou por captações em minas. No Estado do Paraná, tem havido progressos na área de saneamento das zonas rurais em virtude da implementação de políticas de abastecimento comunitário, o Governo do Estado vem realizando políticas de saneamento rural com recursos internacionais desde 1987, voltadas principalmente para o abastecimento de água em pequenos municípios.

Quanto ao esgotamento sanitário, a situação é inversa: o atendimento é extremamente

precário, não havendo rede de coleta de esgotos em muitos municípios. Este problema é intensificado no meio rural, onde a maioria dos domicílios conta com sistemas de esgotamento rudimentares, como fossa, ou despejos em rios ou a céu aberto. Em Rio Branco do Sul e Doutor Ulysses esse serviço é praticamente inexistente.

No Estado de São Paulo a SABESP, empresa estadual responsável pelo saneamento em grande parte dos municípios, tem realizado investimentos no sentido de melhorar as condições tanto no que se refere ao abastecimento de água, quanto na implantação de rede de coleta e tratamento de esgotos. O atendimento de abastecimento de água atinge 100% dos domicílios urbanos.

Quanto à rede de coleta de esgotos, a situação é precária, mas tem melhorado: em Apiaí atende 67% dos domicílios, tendo sido registrado um aumento de 14% na implantação da rede de coleta de esgotos, desde 1994; Barra do Chapéu teve um incremento bastante significativo entre os anos de 1994 e 2004, quando passou de 15% para 40% no índice de atendimento dos domicílios; Ribeira não recebeu investimentos significativos na implantação da rede de coleta de esgotos, porém foi registrado um pequeno aumento no atendimento, onde passou de 64% para 70%, de 1994 a 2004; Itapirapuã Paulista mantém-se na média no atendimento de coleta de esgotos, atingiu um índice de 70% dos domicílios. O único município paulista da ALL que possui tratamento de esgotos é Itapirapuã Paulista, o qual trata 100% dos esgotos coletados.

Quanto à coleta de lixo, no ano de 2000 era observada uma boa cobertura nas áreas urbanas, já nas áreas rurais a oferta era mais restrita, sendo que aproximadamente 50% dos domicílios não usufruíam desse serviço.

Cabe ressaltar, no entanto, que o município de Doutor Ulysses apresenta índices extremamente precários de saneamento, o abastecimento e tratamento de água é ruim, não há rede de esgotos, e praticamente não conta com serviço de coleta de lixo, restrito à área urbana.

Concluindo, observa-se nos municípios um grande desequilíbrio entre os níveis de abastecimento de água e a remoção do esgoto domiciliar. Nas zonas rurais, os níveis de atendimento encontram-se em patamares baixos, evidenciando um quadro ainda mais precário nas condições de saneamento básico.

- Educação

Quanto à oferta de ensino observa-se uma estrutura de serviços adequada no que tange à Educação Básica em todos os níveis. No estado do Paraná cabe aos municípios a oferta de vagas nas creches, na pré-escola e no Ensino Fundamental, de 1<sup>a</sup> a 4<sup>a</sup> séries, enquanto o ensino de 5<sup>a</sup> a 8<sup>a</sup> série e o Ensino Médio são de responsabilidade do Governo Estadual. O ensino é predominantemente de caráter público, as escolas particulares estão presentes apenas nos municípios maiores e em pequeno número, em geral, oferecem apenas ensino fundamental. Em todos os municípios, nas sedes municipais, há pelo menos um estabelecimento público com oferta de cada um dos níveis de ensino. O Quadro 11.3.3/03 apresenta os dados sobre os estabelecimentos de ensino em cada um dos municípios.

Quanto ao ensino de nível superior, os estabelecimentos localizam-se fora da área de influência do empreendimento, em cidades como Campina Grande do Sul, Campo Largo, Curitiba, Paranaguá e São José dos Pinhais, no Estado do Paraná, e em Itapetininga e Sorocaba, no Estado de São Paulo.

**QUADRO 11.3.3/03 - ESTABELECIMENTOS DE ENSINO NOS MUNICÍPIOS DA AII**

Município	Estabelecimentos de ensino								
	Ensino Pré-escolar			Ensino Fundamental			Ensino Médio		
	Particular	Municipal	Estadual	Particular	Municipal	Estadual	Particular	Municipal	Estadual
Adrianópolis	nd	3	nd	nd	23	3	nd	nd	2
Apiáí	1	11	0	1	2	22	1	0	6
Barra do Chapéu	0	4	0	0	7	3	0	0	2
Cerro Azul	1	1	nd	nd	48	2	nd	nd	1
Dr. Ulysses	nd	nd	nd	0	27	2	nd	nd	1
Itapirapuã Paulista	nd	3	nd	nd	4	2	nd	nd	1
Ribeira	nd	3	nd	nd	1	8	nd	nd	1
Rio Branco do Sul	2	8	0	2	61	9	1	0	4

Fonte: Cidades @, disponível no site [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br) (consultado em set/2004). Os dados referem-se ao ano de 2003

- Saúde

No que se refere à saúde, os serviços oferecidos pela rede são bastante precários, tanto no âmbito hospitalar quanto ambulatorial. A maioria dos municípios possui uma unidade básica de atendimento na sede municipal, onde se concentram os principais serviços e o melhor atendimento. Rio Branco do Sul, Cerro Azul e Apiáí são os municípios que apresentam melhor estrutura de serviços à saúde, com unidades de internação e disponibilidade de leitos. Os municípios menores possuem um tipo de atendimento ainda de caráter curativo (Ribeira, Adrianópolis, Doutor Ulysses), para casos mais graves precisam encaminhar os doentes para cidades de maior porte, como Apiáí e Curitiba, e até mesmo Sorocaba. Os quadros a seguir apresentam os dados quanto à rede de atendimento hospitalar e ambulatorial nos municípios da AII.

**QUADRO 11.3.3/04 - REDE HOSPITALAR DA AII E LEITOS HOSPITALARES**

Município	Hospitais		Leitos Hospitalares SUS
	Público	Privado	
Adrianópolis	0	0	0
Apiáí	0	1	74
Barra do Chapéu	0	0	0
Cerro Azul	0	1	26
Dr. Ulysses	0	0	0
Itapirapuã Pta.	0	0	0
Ribeira	0	0	0
Rio Branco do Sul	0	1	50
<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>3</b>	<b>150</b>

Fonte: Datasus. Dados referem-se a julho/2003.

**QUADRO 11.3.3/05 - REDE AMBULATORIAL SUS NA AII**

Município	Posto de Saúde	Centro de saúde	Ambulatório de unidade hosp. geral	Policlínica	Unidade mista	Unidade de Saúde da Família	Unidades de vigilância sanitária	Outros
Adrianópolis	4	1	0	0	3	0	0	0
Apiáí	6	2	1	1	0	2	1	2
Barra do Chapéu	1	0	0	0	0	1	1	0
Cerro Azul	6	2	1	0	0	2	1	0
Dr. Ulysses	3	0	0	0	2	0	0	0
Itapirapuã Paulista	1	0	0	0	0	1	1	0
Ribeira	2	0	0	0	1	1	1	0
Rio Branco do Sul	1	0	1	0	1	0	2	0
<b>Total</b>	<b>24</b>	<b>5</b>	<b>3</b>	<b>1</b>	<b>7</b>	<b>7</b>	<b>7</b>	<b>2</b>

Fonte: Datasus. ([www.datasus.gov.br](http://www.datasus.gov.br))

Outros: Centro/núcleo de habilitação psicossocial, Centros/núcleos de reabilitação; Serviços auxiliares de diagnose e terapia, Ambulatório de unidade hosp. Especializada, Consultório e outros

Observa-se a existência de apenas três hospitais e 150 leitos na região estudada, para atender a uma população de cerca de 98.000 pessoas. A maioria dos municípios conta apenas com o atendimento nos postos de saúde, presente nas áreas urbanas e rurais. Serviços mais complexos são inexistentes, conforme se observa no quadro 11.3.3/05.

- Transporte

As condições naturais exercem forte influência sobre a infra-estrutura da região. As estradas são sinuosas e de difícil manutenção, acentuando ainda mais o caráter de isolamento da região. O sistema viário é composto por um conjunto de vias federais, estaduais e municipais (figura 11.3.3/03).

As principais ligações viárias são as que dão acesso às regiões metropolitanas de Curitiba (BR-476 e PR-092) e São Paulo (SP-250). As estradas municipais, na maioria vicinais, restringem-se a atender ao fluxo local.

A Rodovia Federal BR-476, que no sentido Norte-Sul liga Curitiba a Adrianópolis, denominada neste trecho Estrada da Ribeira, é uma estrada de pista simples e teve sua pavimentação concluída em 2005 (fotos 1 e 2 - Anexo fotográfico da AID – 12.3.8). Esta rodovia passa pelos municípios de Colombo, Bocaiúva do Sul e Tunas do Paraná, até chegar a Adrianópolis. Importante ligação viária até a década de 1960, foi relegada a segundo plano com a construção da BR-116, passando a atender apenas o tráfego local de madeira e de produtos de atividades de extração mineral.

A Rodovia Estadual PR-092, que liga a cidade de Curitiba a Rio Branco do Sul, Cerro Azul e a Dr. Ulysses, é pavimentada no trecho que vai de Curitiba a Cerro Azul, enquanto que, entre Cerro Azul e Doutor Ulysses encontra-se totalmente sem pavimentação, com vários trechos em condições precárias (foto 3 - Anexo fotográfico da AID – 12.3.8). Supõe-se que a melhoria das condições da estrutura viária será um facilitador dos processos de desenvolvimento municipais. A situação atual submete os municípios tanto a problemas de abastecimento quanto de escoamento da produção, que são agravados em épocas de chuva. No mesmo sentido, além das sedes municipais não contarem com ligações rodoviárias adequadas, não há qualquer trecho pavimentado no estado do Paraná que atinja as sedes de distritos e povoados.

ENTRA FIGURA 11.3.3/03 Mapa de localização e Acesso

Com relação às ligações viárias no Estado de São Paulo, existe uma rodovia estadual, a SP-250, que liga a região ao restante do Estado e à Região Metropolitana de São Paulo, a qual está pavimentada em sua totalidade. Há também uma estrada pavimentada que liga Ribeira a Itapirapuã Paulista (foto 4 - Anexo fotográfico da AID – 12.3.8), e daí segue para Ribeirão da Várzea, sendo que as ligações desta estrada com os demais municípios são realizadas por vias não pavimentadas. Da mesma forma que o Estado do Paraná, os municípios paulistas da All, também não contam com estradas pavimentadas que liguem as sedes dos distritos e povoados.

Apesar de todas as dificuldades relacionadas ao sistema viário da região, cabe ressaltar a proximidade da área de estudo com a Região Metropolitana de Curitiba, a qual estabelece articulações em vários níveis. Importantes rodovias atravessam a RMC: a BR-116, que corta o país de norte a sul; a BR-277, que liga o litoral paranaense e a BR-376, que liga a região com a fronteira internacional no oeste do Estado; a BR-476, que une a RMC a Adrianópolis e Ribeira, na divisa com São Paulo, e a União da Vitória, na divisa de Santa Catarina, interligando todo o sudoeste e a fronteira argentina com Curitiba e o Porto de Paranaguá. A Região Metropolitana de Curitiba também abriga importantes vias férreas, conformando um sistema que faz parte da malha sul da Rede Ferroviária Federal, privatizada em 1997 quando sua operação foi repassada à empresa América Latina Logística do Brasil (ALL). A RMC conta também com o Aeroporto Afonso Pena, um dos mais modernos do país e único com terminal ferroviário, o qual está situado a cerca de 90 km do Porto de Paranaguá, permitindo com isso um rápido escoamento da produção da região.

Outro ponto importante a ressaltar é a presença do Gasoduto Brasil-Bolívia, que passa pelos municípios de Capão Bonito, Apiaí, Itapirapuã Paulista, Doutor Ulysses, Cerro Azul e Rio Branco do Sul. Este ramal é uma derivação do gasoduto que sai de Campinas e margeia a rodovia Santos Dumont em direção a Sorocaba, seguindo rumo sul até a Região de Governo de Itapeva, Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Em Capão Bonito localiza-se uma Estação de Medição Operacional, utilizada para verificar os volumes de gás que passam, sua velocidade e tempo de trânsito.

- Telecomunicações

Quanto ao sistema de comunicações, a região é dotada de rede de telefonia fixa, sendo que os municípios paranaenses são atendidos pela empresa Telecomunicações do Paraná – TELEPAR e os municípios paulistas, pela Telefônica – SP. Quanto ao acesso à telefonia móvel, a Brasil Telecom é a operadora responsável no Estado do Paraná e tem realizado investimentos no sentido de dotar a região de estrutura que permita acessar os serviços oferecidos por ela. No Estado de São Paulo só é possível captar o sinal de telefonia móvel celular no município de Apiaí.

O acesso à Internet é feito, em geral, pelo modo discado, alguns municípios já possuem acesso através de banda larga, sendo responsáveis por esse serviço as operadoras Brasil Telecom e Embratel.

Os meios de comunicação de massa (rádios, jornais) são praticamente inexistentes na região. Normalmente, só existem rádios comunitárias com transmissão irregular. Os jornais de maior veiculação são encontrados somente nos municípios de maior porte, como Apiaí e Rio Branco do Sul.

- Comércio, Indústria e Serviços

Também é relevante no âmbito deste estudo mencionar a situação dos municípios quanto à estrutura comercial, industrial e de serviços. Através desses dados é possível mensurar a importância relativa dos municípios e sua inserção na economia regional, bem como sua

capacidade em absorver novas demandas. Observa-se que os municípios não possuem número significativo de indústrias e estabelecimentos agropecuários, destacam-se os municípios de Apiaí e Rio Branco do Sul, com maior número de indústrias. Quanto aos estabelecimentos comerciais, os mesmos municípios se sobressaem, acompanhados do município de Cerro Azul, que apresenta 313 empresas comerciais. Verifica-se que as atividades comerciais têm grande importância na participação das economias municipais.

O quadro a seguir apresenta a quantidade de estabelecimentos comerciais, agropecuários e industriais, bem como o número de agências bancárias em cada município.

**QUADRO 11.3.3/06 - ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS, INDUSTRIAIS, COMERCIAIS E AGÊNCIAS BANCÁRIAS NOS MUNICÍPIOS DA AII**

Município	Empresas do setor agropecuário	Indústrias	Comércio e serviços	Instituições financeiras (agências)
Adrianópolis	2	6	62	1
Apiaí	7	32	577	4
Barra do Chapéu	0	3	55	NI
Cerro Azul	24	15	313	2*
Dr. Ulysses	5	6	46	0*
Itapirapuã Paulista	0	1	51	0*
Ribeira	1	7	45	1*
Rio Branco do Sul	4	79	568	2
Total	43	149	1717	7

Fonte: IBGE, Cidades@. Os dados sobre as instituições empresariais referem-se ao ano de 2001, e sobre as instituições financeiras referem-se ao ano de 2003. Os dados marcados com \* foram obtidos a partir de pesquisa de campo realizada em out/2004

NI – não informado

#### Unidades de Conservação

Quanto à presença de Unidades de Conservação, duas estão sob jurisdição do Estado do Paraná: o Parque Estadual das Lauráceas que se estende por 27.524,33 ha nos municípios de Adrianópolis, Tunas do Paraná e Bocaiúva do Sul; e o Parque Estadual de Campinhos que cobre 208,12 ha dos municípios de Cerro Azul e Tunas do Paraná. O Parque Estadual das Lauráceas possui vegetação natural de araucárias e floresta atlântica; já o Parque Estadual de Campinhos possui vegetação original de araucárias, imbuia, cedro, erva-mate e carvalho brasileiro, além de um conjunto de grutas de formação calcária, denominado Conjunto dos Jesuítas. No Estado de São Paulo, o município de Apiaí abriga parte do Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira - PETAR.